



**UFSM**

**Artigo Monográfico**

**Educação Inclusiva: Histórico e Perspectivas**

**Rita Cínara Gonçalves da Silva**

**Uruguaiana, RS, Brasil**

**2007**

# **Educação Inclusiva: Histórico e Perspectivas**

**Por**

**Rita Cínara Gonçalves da Silva**

Artigo apresentado no Curso a Distância de Especialização em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos

**Uruguaiana, RS, Brasil**

**2007**

**Universidade Federal de Santa Maria**  
**Centro de Educação**  
**Curso a Distância de Pós-Graduação/Especialização em**  
**Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de**  
**Surdos.**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico  
de Especialização

**Educação Inclusiva: Histórico e Perspectivas**

elaborada por

**Rita Cínara Gonçalves da Silva**

como requisito parcial para obtenção do grau de

***Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e***  
***Educação de Surdos***

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Prof<sup>a</sup>. Ms. Vera Lucia Marostega**  
(Presidente/Orientador)

---

**Prof<sup>a</sup>. Ms. Melânia de Melo Casarin**

---

**Prof<sup>a</sup>. Ms. Michele Quinhones Pereira**

Santa Maria, 01 dezembro de 2007.

## **RESUMO**

Artigo de Especialização

Curso a Distância de Especialização em Educação Especial: Déficit  
Cognitivo e Educação de Surdos

Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

### **Educação Inclusiva: Histórico e Perspectivas**

AUTOR: **Rita Cínara Gonçalves da Silva**

ORIENTADOR: **Prof<sup>a</sup>. Ms. Vera Lucia Marostega**

Santa Maria, 01 de Dezembro de 2007.

O presente artigo analisa a dificuldade da inclusão no meio escolar pelos alunos denominados “deficientes”, bem como aborda um pouco da história em relação a eles e os paradigmas que sustentaram a deficiência ao longo do tempo. Para tanto, se faz necessário refletir sobre o sistema escolar enquanto mecanismo excludente, suas peculiaridades e regularidades, sendo que este artigo é essencialmente monográfico, apresentando autores que se dedicam a investigar as causas que originam o fracasso das tentativas de inclusão. Também apresenta algumas experiências exitosas no meio escolar e que contempla a educação inclusiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** inclusão - escola – diferenças – paradigma.

## **ABSTRACT**

Specialization Article Specialization in Special Education distance course  
Universidade Federal de Santa Maria

### **Inclusive Education: History and Prospects**

Author: **Rita Cínara Gonçalves da Silva**

Supervisor: Vera Lucia Marostega

Santa Maria, december, 2007

This article examines the difficulty of inclusion at school by students called "disabled" and addresses a bit of history on them and the paradigms argued that the deficiency over time. Thus, it is necessary to reflect on the school system as a mechanism exclusionary, their peculiarities and regularities, since this article is essentially monograph, presenting author dedicated to investigating the causes that cause the failure of attempts to inclusion. It also presents some successful experiences at school and that includes inclusive education.

**KEYWORDS:** inclusion - school - differences - paradigm.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	3
<b>ABSTRACT</b> .....	4
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	6
Capítulo I – Caminho da Investigação: O que é Inclusão .....	11
Capítulo II – Inclusão: possibilidades e alternativas .....	15
II.a – Da exclusão à inclusão .....	20
II.b – As pessoas com necessidades especiais e o mercado de trabalho ...	25
<b>2. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	28
<b>3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	31

# 1. INTRODUÇÃO

Em nenhuma outra época falou-se tanto da necessidade da inclusão, quanto nos dias de hoje.

Observa-se hoje, ainda, atitudes que continuam sendo reflexo de uma história que foi sempre marcada pela “discriminação”. No entanto, no campo da educação, vive-se um momento de mudanças estruturais, onde a preocupação se desloca das “limitações” ou “diferenças” do indivíduo para a valorização de suas potencialidades oferecendo-lhe meios com o propósito de desenvolvê-las ao máximo.

Existe uma vasta literatura que aborda o assunto em todas as suas possíveis variações. A própria Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) estabelecem que a educação é direito de todos, garantindo a matrícula e acesso de todos os alunos em classes de escola de ensino regular.

Aliado a isso, os meios de comunicação de massa, em seus programas, abordam os efeitos benéficos que toda a sociedade teria em trabalhar para incluir efetivamente todos aqueles que, de uma forma ou de outra, possuem necessidades educativas especiais.

Frente a esse novo paradigma educacional e sabendo que a inclusão não acontece apenas como garantia da lei, mas que envolve a todos (família, professores e a comunidade) na medida em que visa construir uma sociedade mais justa e, conseqüentemente, mais humana sentimos a necessidade de buscar maior e melhores informações aos nossos anseios, pois nos indagamos freqüentemente:

- Como podemos aprender, da melhor maneira possível, partindo das experiências?
- Como podemos interpretar e aplicar o conhecimento já existente?
- Como lidar com as diferenças, com a prática de valores humanistas como respeito ao outro, a solidariedade e a cooperação exigida nas relações sociais para a sobrevivência neste novo milênio?
- Como trabalhar com a chamada Pedagogia da Diversidade?

- O que funciona na Educação Inclusiva?

Essas e outras indagações nos levam a analisar sobre a importância do processo de inclusão de crianças e adolescentes que se acham “excluídos” no nosso atual processo educacional.

Entretanto, a escola com toda a sua estrutura ainda não conseguiu esse objetivo, tendo em vista que os dados estatísticos indicam que os referidos alunos tem garantido apenas o acesso, mas não a promoção desses, isto é, estão na escola para que a lei se cumpra. Ao longo do tempo foram criadas diversas concepções acerca das pessoas com deficiência, passando desde a Antigüidade, pela Idade Média, até os nossos dias. Afirmar que nada mudou desde então, seria uma inverdade, porém há um longo caminho a percorrer no tocante de realmente incluí-los, e nesse ponto a escola hoje é o maior alvo efetivamente a ser atingido na tentativa de promovê-los enquanto cidadãos que são.

Para objetivar este estudo, buscou-se autores como Gadotti, Skliar, Stainback, Edler, Veiga e outros estudiosos, acerca do processo de inclusão.

Durante a realização deste trabalho, procurou-se, de antemão, o embasamento teórico, para colocar-se a par da legislação vigente. Assim, através de várias leituras, buscou-se tomar conhecimento da situação atual do país e do contexto mundial.

Em relação aos paradigmas da deficiência, que são relevantes, BLEIDICK (apud Beyer, 1998), define-os em quatro:

- O paradigma pessoal, entende que a deficiência é uma categoria individual abrangida como categoria médica ou clínica.
- Paradigma interacionista e a deficiência são entendidos como um processo de atribuição ou discriminação social.
- O paradigma sistêmico e a deficiência é o resultado da diferenciação e dos distanciamento no sistema escolar.
- O paradigma político-econômico e a deficiência é um produto da sociedade de classes.

A escola, com todos os paradigmas citados, configura-se como a ser aquela que absorveu historicamente todo esse condicionamento em sua prática pedagógica nos seus fundamentos.

No caso do primeiro paradigma, que é o pessoal, a escola entendia que sendo uma categoria individual, nada poderia ser feito para modificar o quadro.



Enquanto o paradigma interacionista, a escola atribuía e discriminava, pois eram os chamados incapazes de qualquer aprendizado em seu interior.

O paradigma sistêmico era reforçado pelo sistema escolar que classificava a sua clientela através dos testes que mediam a inteligência.

Segundo SKLIAR (2003):

A escola tem sido alvo para muitos estudos e projetos educativos, políticos e sociais, que vem determinando a participação sócio-educativos, políticos e sociais de diferentes grupos econômicos, lingüísticos e culturais. (...) nos discursos inflamados, vimos a educação através das diferentes épocas e domínios públicos, sempre houve a preocupação com o perfil da escola, de seu poder com disciplinamento com a educação de "cidadãos" e, por último, dentro de uma ótica que para muitos é recente, com a educação de excluídos oriundos das classes populares e de grupos colonizados tais como regras indígenas, ciganos, surdos, etc..." (p. 106)

Entretanto percebemos que a escola apresenta muitas dificuldades de atender as necessidades de todos os educandos. Trabalhar com as diferenças ainda é um grande desafio para as escolas que ainda estão muito vinculadas com os princípios da hegemonia e normalidade.

A inclusão não diz respeito a simplesmente a proporcionar o acesso das crianças nas escolas regulares, mas a mudar sim as escolas para torná-las mais responsáveis às necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto a aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepara-los para ensinarem aquelas crianças que estão atualmente excluídas das escolas por qualquer razão. Isto se refere à todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização e não apenas àquelas que são rotuladas com o termo "necessidades educacionais especiais". (MITTLER, 2003, p.16)

Veiga Neto (1995, p. 49), diz que a escola moderna está entre posições de direita e que esta vem colaborando para acentuar as diferenças.

Isso denota que a escola não sabe trabalhar com a instabilidade, por isso possui critérios rígidos, fechados em si mesmos.

Da mudança desta postura depende a real inclusão tão alardeada no meio educacional hoje.

Ainda Veiga Neto (1995, p. 49), escreve que existe a necessidade de colocarmos tudo sobre suspeita, até os nossos fundamentos racionalistas humanistas que sustentam nossos discursos e nossas práticas.

Concorda-se com o autor, por isso sabe-se que precisa-se de uma escola que não tenha medo de arriscar, que tenha coragem para criar e questionar o que está estabelecido, em busca de rumos inovadores, necessários à inclusão. A inclusão na escola é o processo pelo qual a própria escola adapta-se, transforma-se para poder inserir em suas classes regulares crianças e jovens portadores ou não de necessidades especiais que estão em busca de seu pleno desenvolvimento e exercício da cidadania.

A educação da pessoa com deficiência deve ser compreendida em uma dimensão bem ampla, ou seja, não só educativa, mas também sócio-cultural, com o objetivo de desenvolver suas potencialidades, sem destacar suas dificuldades, porém respeitando-as, aprimorando sua participação na sociedade.

A educação inclusiva representa um passo muito concreto e manejável que pode ser dado em nossos sistemas escolares para assegurar que todos os estudantes comecem a aprender que o pertencer é um direito não um status privilegiado que deva ser conquistado.

Assim, este trabalho tem por objetivo discutir a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais e usar todos os meios educacionais à disposição para atingir um fim que é o desenvolvimento da aprendizagem destes educandos. Para tanto, é importante convidar aqueles que ainda não conhecem a participar, discutir e defender esta idéia de praticar a proposta de inclusão que para muitos docentes ainda é tabu. E, por isso, uma grande parte da população brasileira permanece excluída de seus direitos fundamentais.

Inclusão implica uma forma radical de se trabalhar na escola, superar barreiras para a aprendizagem, barreiras essas que seriam o currículo, a avaliação, preconceito e formação do professor.

Precisamos de compromissos efetivos, estabelecer vínculos, criação de culturas inclusivas, provocar discussões para compartilhar experiências e sermos melhores como educadores e transformadores de um novo processo de educação inclusiva dos portadores de necessidades educacionais especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino.

Promover, assim, qualidade de vida das comunidades escolares, instigar o desenvolvimento da inclusão social com políticas públicas mais específicas e para obter maiores recursos educacionais aos portadores de necessidades educacionais especiais.

## Capítulo I – CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO: O QUE É INCLUSÃO

Hoje em dia, um dos temas mais discutidos e estudados por vários segmentos da sociedade mundial é o que tange a questão da inclusão. Isto tudo porque a inclusão ainda é um assunto muito complexo e de pouco entendimento por muitas pessoas.

Fala-se muito em inclusão social e em inclusão escolar. Mas, o que significa, mesmo, o termo “inclusão”? O dicionário Luft apresenta como “ação ou efeito de incluir-se”. Buscando, então, o significado de “incluir”, temos o de “inserir, introduzir, fazer parte”.

Entende-se, então, por inclusão, a ação de introduzir pessoas em determinados lugares e ambientes, de onde elas passem a fazer parte. Conceitua-se a inclusão social como processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, crianças com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade.

Entretanto, o termo “inclusão social” tem sido bastante veiculado e discutido, em substituição ao conceito utilizado anteriormente, de “integração social”, em muitos países não apenas no Brasil. Porém, há várias acepções deste termo, que introduz um novo paradigma em nossa sociedade.

Salienta-se, porém, que os vocábulos **integração** e **inclusão** no âmbito do ensino, encerram uma mesma idéia, ou seja, a inserção das pessoas com necessidades educacionais especiais na escola. Ainda assim, não queremos com isso, afirmar que eles tenham o mesmo significado. Segundo MITTLER:

A integração envolve preparar os alunos para serem colocados nas escolas regulares, o que implica um conceito de “prontidão”, para transferir o aluno da escola especial para a escola regular.

(...)

A inclusão implica uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula. (2003, p. 34)

Vale salientar que as palavras “integrado” e “integração” derivam do latim “integrare” que vem do adjetivo “integer”, que originalmente significa intacto, sem mácula, são, virgem, inteiro, completo.

Portanto, a palavra “integração”, neste sentido, deve ser interpretada como alguma coisa de original e natural, sendo a “segregação” (o estado de não integração) algo anormal, construído, artificial.

Todos esses conceitos deixam claros que o termo “inclusão”, de qualquer maneira, estará sempre se referindo à pessoas, sujeitos que devem ser inseridos num contexto. Num ambiente, num movimento.

Mas, como pensar em incluir e, mais ainda, como exercer a inclusão, se não conhecemos estas pessoas, se não temos informações sobre elas – enfim, se elas ainda não existem para nós?

Ao referirmo-nos às palavras incluir, inclusão, temos que ter claro a que pessoas estamos nos referindo, a que tipo de inserção social ou educacional queremos realizar, quem são os sujeitos envolvidos.

Julien Freund, citado por Xiberras (1993), diz que a escola apropriou-se da idéia que se perpetuou durante muito tempo nas sociedades de Platão, Aristóteles, onde a exclusão fazia parte da normalidade das sociedades.

Com prioridade, nos lembra VIDALES (1999), que:

O esforço é a luta institucional ao longo de décadas, pois produzir finalmente efeito de incorporá-lo a um padrão de normalidade segundo o qual a sua diferença tenha diminuído, pois os sistemas de reabilitação tenham incorporado neles aquelas habilidades que os inseriria na condição de normalidade. (p. 9)

Quando a proposta da escola contempla a inclusão, o conceito de ensinar e aprender muda, passa a encarar de maneira diferente, pois a aprendizagem não fica restrita aos espaços físicos disponíveis.

Na área de educação, o binômio teoria/prática assume proporção muito complexa, porque está sempre a exigir orientações práticas dentro da escola para trabalhar com as crianças que chegam e não conseguem aprender, alegam urgência em aprender, procedimento que possam adotar imediatamente em sala de aula para que as sugestões de metodologia de ensino ganham prevalência, quando comparadas, com reflexões teóricas ou com resultados de investigações na área do ensino-aprendizagem.

Se nosso olhar dirige-se a pessoas com necessidades especiais, será que somente a elas estaremos direcionando nosso trabalho e apenas a elas a inclusão terá efeito?

### Reportando-se ao que nos diz ROSA:

A relevância do tema inclusão escolar não se limita apenas à população dos portadores de necessidades educacionais especiais. A inclusão educacional não é somente um fator que envolve essas pessoas, mas, também, as famílias, os professores e a comunidade, na medida em que visa construir uma sociedade mais justa e conseqüentemente mais humana. (2003, p. 22)

Isso deixa claro que todas as pessoas envolvidas devem fazer parte do processo, pois incluir também significa trazer todos para perto, aproximar.

A novidade do termo inclusão é que tem gerado muitas desconfortos e angústias nas escolas, principalmente nas equipes diretivas e corpos docentes, que não sabem ainda como realizar o processo de inclusão.

Muitos educadores confundem incluir com não reprovar, “empurrar o aluno” ao final do ano, ajudar ele a ser promovido de série ou etapa. Outros entendem inclusão apenas como o contrário da exclusão, ou seja, devemos aceitar todos, sem discriminações (deficientes, pobres, superdotados) não importando como vão ser trabalhados em especial, o que interessa é não deixá-los fora da escola.

Ainda não há o entendimento de que tanto é importante que a criança e o jovem estejam na escola, mas, também, como ele nela permanecerá.

Infelizmente, o despreparo profissional que vemos nas instituições de ensino, em sua grande maioria é grande e parece que, como agora é “moda” fazer inclusão, todos “fingem” que fazem, esperando o modismo passar.

Altos níveis de repetência e evasão são detectados todos os finais de ano nas escolas e pouco se têm refletido sobre o que isso tem a ver com a não-inclusão de alunos e jovens.

Em muitos casos, é a situação sócio-econômica das famílias dos educandos que não contribui para uma maior inclusão na sociedade. E o que as escolas têm feito em relação a isso?

Segundo MITTLER (2003): “Estamos muito aquém de entender porque e como crianças com histórias de pobreza, com tanta freqüência, fracassam nas escolas e muito menos ainda o que pode ser feito para reduzir ou eliminar tais disparidades”. (p. 23)

Um aluno que não se sente valorizado pelo grupo, pelo professor, que vai sendo avaliado sem a preocupação de orientação para as suas dificuldades não pode adquirir num passe de mágica auto-confiança, auto-estima, auto-controle, capacidade para resolver problemas, de enfrentar novas situações, elementos esses indispensáveis para negar o processo exclusivamente para a inclusão.

Para incluir as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender as necessidades de seus membros. O desenvolvimento (por meio da educação, reabilitação, etc...) das crianças com deficiências deve ocorrer dentro do processo de inclusão e não como pré-requisito para essas crianças poderem fazer parte da sociedade.

A prática da inclusão social repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada criança, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação.

A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção através de transformações pequenas e grandes, nos ambientes físico (espaços internos, equipamentos e utensílios, e meios de transportes) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também do próprio portador de necessidades especiais. Assim, existe inclusão na educação, no lazer, no transporte, etc. Quando isso acontece, podemos falar em educação inclusiva, podemos dizer, educação para todos, lazer para todos.

## Capítulo II – INCLUSÃO: POSSIBILIDADES E ALTERNATIVAS

Foi mais precisamente a partir da nova LDB 9.394/96, que o termo **inclusão** tomou força e significado nas escolas brasileiras. Muitas leituras começaram a ser realizadas sobre o assunto, buscando informações a fim de sanar angústias, dissipar inseguranças e esclarecer dúvidas. Entretanto, o termo ainda é considerado novo para muitos educadores, que não sabem exatamente a que se refere a **tal de** “inclusão escolar”.

A Educação Especial fundamenta-se no princípio básico da integração das pessoas com necessidades educacionais especiais, utilizando-se da contribuição de pesquisas científicas, de novas tecnologias e processos pedagógicos que favoreçam a educação integrada.

Desse modo, consideradas as diferenças de ênfase e as dissonâncias de terminologia (inclusão/integração), observa-se uma tendência geral de valorização de princípios de uma educação inclusiva, os quais implicam a própria defesa de direitos à educação.

Quando se fala em incluir, integrar ou inserir crianças e jovens nos ambientes escolares, toda uma gama de justificativas vêm à tona, que passam pela preocupação de não deixar fora da escola crianças pobres que vivem à margem da sociedade, a valorização de crianças que apresentam algumas necessidades educacionais especiais.

O que a proposta de inclusão traz para o mundo é, justamente, o contrário, difundir o valor social de igualdade, de oportunidade para todos, de acesso e permanência na escola para crianças e jovens que apresentem algum tipo de deficiência ou necessitem de educação especial.

Conforme nos disse VASCONCELLOS (1998): “Sem dúvida, a razão mais importante para o ensino inclusivo é o valor social da igualdade. Ensinamos os alunos através do exemplo de que, apesar das diferenças, todos nós temos direitos iguais”. (p. 26)

Também SERGIOVANNI (1994) in STAINBACK, que descreve a importância da comunidade para o ensino inclusivo:



A comunidade é o vínculo que une os professores de maneira especial, a algo mais importante do que eles próprios: valores e ideais compartilhados eleva tanto os professores quanto os alunos a níveis mais elevados do autoconhecimento, compromisso e desempenho, além do alcance dos fracassos e das dificuldades que enfrentam em suas vidas cotidianas. A comunidade pode ajudar os professores e os alunos a serem transformados de uma coleção de “eus” em um “nós” coletivo, proporcionando-lhes, assim, identidade de pertencer ao grupo e a comunidade. (p. XIII)

O objetivo da educação inclusiva é, portanto, garantir a todos o direito de participação, acesso aos conhecimentos e oportunidades de melhoria de vida e integração no meio social.

Mas, para que as propostas da inclusão sejam efetivadas muita coisa precisa ser mudada, repensada. Envolve mudanças de atitudes, concepções educacionais diferenciadas e estruturação dos ambientes que receberão os sujeitos envolvidos no processo. Deve haver reformulação e reestruturação das escolas, capacitação dos profissionais da educação, projetos político-pedagógicos que demonstrem essa preocupação e metas a serem atingidas com o trabalho a ser realizado.

Não se trata simplesmente de transferir os alunos da escola especial para a escola regular, mas sim de remodelar e modificar a escola regular para que esta possa atender as diferenças.

Conforme STAINBACK (1999):

A reforma abrangente da escola envolve dois componentes. O primeiro é uma visão da maneira como as escolas poderiam ou deveriam ser. A exigência primordial é conseguir imaginar as escolas de outras maneiras, não estratificadas pela capacidade, não apegadas a um currículo fixo, bem equipadas. (p. 321)

Portanto, a meta da inclusão, desde o início, é não deixar ninguém fora do sistema escolar, que terá de se adaptar às particularidades de todos os alunos para concretizar a sua metáfora.

Acontece que, mesmo que almejemos uma sociedade inclusiva, não conseguimos concretizar o convívio cotidiano com pessoas diferentes. Fomos acostumados, durante séculos, que igual combina com igual.

É muito mais fácil imaginar entidades “especiais” para tratar pessoas “diferentes” do que aceitarmos com naturalidade essas pessoas no nosso meio social.

Conforme nos diz VASCONCELLOS (1998):

Em geral, os locais segregados são prejudiciais porque alienam os alunos. Os alunos com deficiência recebem, afinal, pouca educação útil para a vida real, e os alunos sem deficiência experimentam fundamentalmente uma educação que valoriza pouco a diversidade, a cooperação e o respeito por aqueles que são diferentes. (p. 25)

Durante muitos séculos, os portadores de necessidades especiais foram segregados pela sua incapacidade, anormalidade. Muito tempo se passou de nossa história sem que nada, ou quase nada, se fizesse, a não ser abandoná-los a própria sorte, renegando-os, rejeitando-os.

Tudo isso porque, ainda hoje, muitas pessoas acreditam que, inserir crianças e jovens com necessidades especiais em escolas regulares prejudica o aprendizado das demais crianças, pois o professor terá de dar atenção especial às outras e não atenderá a contento o restante da turma, além de que não traz benefícios para as crianças portadoras de deficiências, pois não podem ser estimuladas como na classe especial e sofrerão maior rejeição.

Não podemos nos esquecer de que as interações sociais não acontecem automaticamente. Num grupo social, as pessoas tendem a escolher os parceiros com interesses e valores semelhantes, evitando as diferenças. O fato de estarem na mesma sala não faz com que as crianças imediatamente comecem a interagir com colegas que têm alguma diferença.

Existe o princípio de que toda a boa escola é boa para todos os alunos que nela ingressam e não apenas para alguns eleitos como capazes. Por isso, a escola que propõe-se a inclusão deve estabelecer objetivos claros e filosofia correspondentes, segundo SCHATTMAN (1992) in STAINBACK, será necessário traçar princípios fundamentais de uma filosofia escolar:

1. Ajudar as comunidades a definir seu propósito em termos que envolva as necessidades de todas as crianças.
2. Proporcionar aos educadores e aos membros da comunidade a oportunidade de comunicarem-se a respeito de suas crianças e possíveis objetivos.
3. Estabelecer um padrão segundo o qual práticas educacionais distintas possam ser avaliadas. (p. 146)

Do outro lado, temos a visão dos pais das crianças portadoras de necessidades educativas especiais, que vêem com agrado a inclusão de seus filhos nas escolas regulares, pois sabem que, dessa forma, as crianças terão mais chances de se ajustarem no meio social e de progredirem como pessoas.

Tudo, então, não passa de uma maneira de ver o mundo e da mentalidade das pessoas de tratar com o diferente. Segundo VASCONCELLOS (1998):

(...) Todas as pessoas são “normais” por dentro e, para poderem desenvolver um sentido saudável de identidade social devem ter amplas oportunidades para expressar sua normalidade através de seus talentos, características e interesses. (p. 410)

Assim, é preciso reforçar que uma educação inclusiva auxilia na socialização de pessoas com necessidades educativas especiais, proporciona um melhor desenvolvimento físico e psíquico, contribui para a inclusão social, possibilita para que aprendam umas com as outras. Mas, para isso acontecer de forma efetiva é necessário que as escolas tenham programas adequados para atender essas crianças e jovens e que os professores se aliem na busca de alternativas possíveis para a realização de uma proposta inclusiva e mais humana.

Portanto, entre as alternativas possíveis e os níveis de inclusão desejados interpõe-se a necessidade de desenvolver um conjunto de métodos e estratégias educativas (em nível curricular) de importância fundamental para o sucesso da inserção e permanência dos alunos com deficiências na escola.

Segundo OLIVEIRA (1997): “Quaisquer inserções e planejamentos visando à reforma da escola devem incluir as pessoas que estão diretamente envolvidas: alunos, pais, educadores, diretores, pessoal de apoio a membros da comunidade”. (p. 80)

Na história da escola, as pessoas diretamente ligadas a ela sempre estiveram fora das decisões que outros colocavam de cima para baixo, favor primordial para alimentar as dificuldades de inclusão escolar. A maioria da literatura que fala sobre a inclusão dá ênfase àqueles alunos que, por possuírem direitos enquanto cidadãos, necessitam de apoio para suas necessidades especiais.

De acordo com MITTLER (2003):

Não há nenhuma estrada de realeza para a inclusão, porém há um consenso de que ela é um processo e uma jornada, os estudos de escolas em ação tornam claro que algumas delas viajaram muito além das outras (...) não somente porque elas têm mais alunos com necessidades excepcionais ou até mesmo porque oferecem bons serviços de apoio para tais estudantes. (p. 236)

Como todo processo social, este também é complexo e acontece de forma gradual. Afinal, para que a inclusão aconteça é preciso modificar séculos de preconceitos muito arraigados, de ambos os lados – e isso não acontece de um dia para o outro.

GADOTTI (1995) afirmou que:

A educação tem importante papel no próprio processo de humanização do homem e de transformação social, embora não preconize que, sozinha a educação, a educação consiga transformar a sociedade. Apontando para as possibilidades da educação a teoria educacional visa à formação do homem integral, ao desenvolvimento de suas potencialidades, para torna-los sujeitos de sua própria história e não objeto dela. (p. 18)

Essa reflexão vem de encontro com a proposta de uma educação inclusiva na busca de uma prática pedagógica cotidiana que irá convergir para isso. Sistemas educacionais que visam a inclusão têm de estabelecer programas, projetos e atividades que privilegiem o desenvolvimento real da personalidade dos indivíduos no fortalecimento do respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais, já proclamados na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Estudos indicam que a atitude do professor é um dos fatores que mais contribui para o sucesso de qualquer medida de inclusão da criança com deficiência. De fato, como o comprovam as práticas do dia-a-dia nas nossas escolas, não basta determinar legalmente a inclusão para que ela aconteça.

A inclusão é, em última instância, um processo de fornecer aos alunos com deficiência uma educação com o máximo de qualidade e de eficácia, no sentido de satisfação das suas necessidades individuais. Ora, este objetivo depende fundamentalmente do papel do professor, nomeadamente de variáveis com a sua vontade em levar a cabo as tarefas de ensino destes alunos e a sua formação ou preparação pedagógica para o fazer.

O enunciado “necessidades educativas especiais” traz à nossa realidade uma mudança de visão e de postura da sociedade em relação às pessoas que possuem algum tipo de deficiência.

Conforme diz ROSA (2003):

Independente de qualquer questão polêmica, o uso do termo *necessidades educativas especiais* erradicou o uso de determinadas expressões antes utilizadas – deficientes, excepcionais, subnormais, superdotados, infradotados, incapacitados, entre outras – deslocando o foco do aluno como responsável pela diversidade e direcionando-o para as respostas educacionais que eles demandam. (p. 31)

A inclusão (escolar e social) é um procedimento político e ideológico, mais amplo, portanto, que a simples inclusão escolar, e corresponde a “mudar de mentalidade”.

## II.a – Da exclusão à inclusão

Segundo MITTLER (2002), apresenta dados da realidade mundial que demonstram algumas facetas do tema da exclusão social no que tange à educação:

\* 125 milhões de crianças em todo o mundo não freqüentam a escola, sendo que meninas são dois terço desse grupo;

\* 150 milhões de crianças abandonam a escola antes de aprender a ler e escrever.

\* 12 milhões de crianças morrem por doenças ligadas à pobreza todos os anos;

\* um em cada quatro adultos nos países em desenvolvimento não sabem ler nem escrever; dois terços são mulheres;

\* apenas cerca de 1% de deficientes físicos freqüentam algum tipo de escola na maioria dos países em desenvolvimento.

O quadro de exclusão social que encontramos no Brasil também é muito grave.

A situação dos portadores dos diversos tipos de deficiência; a situação das crianças e adolescentes em conflito com a lei ou egressas de

sistemas escolares sócio-educativos; a exclusão das mulheres; a exclusão de natureza sócio-econômica; a discriminação que homossexuais, indígenas, negros, moradores de rua e idosos sofrem na sociedade e nos ambientes escolares são o reflexo da política neoliberal da globalização.

Segundo ARROYO (2000), o fracasso escolar é uma expressão do fracasso social que retrata uma política de exclusão que perpassa todas as instituições sociais.

Para ARROYO (2000), a medida que vamos nos aproximando da estrutura do sistema escolar, percebemos com maior nitidez que seu caráter excludente se mantém quase inalterado resistindo às reformas, inclusive as mais progressistas, porque está legitimado na cultura política e pedagógica da exclusão, da seletividade, da reprovação e da retenção. Mexer nessa cultura não tem sido fácil, uma vez que ela se materializou ao longo de décadas na própria organização da sociedade, nos processos seletivos, na definição social de funções, de espaços, de direitos, nos concursos, nos critérios, preconceitos, de raça, gênero, idade, classe. Materializou-se na escola, nos processos seriados, nos currículos graduados, nas disciplinas duras ou leves, nas provas constantes, na reprovação, retenção. No sistema como um todo, na sua lógica seletiva e peneiradora. Nessa cultura social da exclusão radica a força de sua persistência, desafiando inclusive o pensamento progressista e democrático tão dominante no ideário pedagógico.

Ancorada em concepções que acreditavam ser papel da escola em socializar e transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade, a partir de um caminho cultural igual para todos, privilegiando o esforço individual; não percebeu que esse caminho não encontrava eco na vida de seus estudantes. Os planejamentos estabeleciam conhecimentos e valores que precisavam ser passados como verdades inquestionáveis, fazendo com que os seus conteúdos se encontrassem separados da experiência do aluno e da realidade social.

"Crianças com habilidade abaixo da média são muito mal servidas por nosso sistema educacional. Aquele que é menos capaz academicamente continua a sofrer as conseqüências de quaisquer que sejam os problemas agudos

ou crônicos que afetam o problema educacional". (Department of Education and Sciencedes, 1991, p.2)

O resultado desse processo explode com os crescentes índices de reprovação nas séries e com as elevadas taxas de evasão escolar, que resultaram na necessidade de se buscar a causa do fracasso escolar! Todos os aspectos internos e externos à prática pedagógica foram apontados – a pobreza, a carência, a subnutrição, a família, os meios, os métodos e até os chamados especialistas em educação (supervisores e orientadores educacionais) – porém, ao se discutia a questão fundamental – a concepção que dava origem aos trabalhos educacionais.

Segundo MITTLER (2003), uma coisa é clara: "as escolas e os sistema educacional não funcionam de modo isolado. O que acontece nas escolas é um reflexo da sociedade em que elas funcionam"

Praticamente em toda a história da civilização a educação tem sido para a elite, e as práticas educacionais têm refletido a orientação elitista fazendo com que os menos favorecidos economicamente se mantenham à margem da sociedade.

Com o reconhecimento dessa situação na educação, grupos de defensores uniram forças e começaram a se organizar para reverter esse quadro. Comprometidos com o futuro reuniram-se para discutir e melhorar as oportunidades disponíveis às crianças e todas as pessoas com necessidades e características diversas.

Fazer a discussão significa reconhecer que a escola se encontra vazia de conteúdo – epistemológico que oriente esse novo cenário educacional e somente por meio da discussão coletiva encontrará alternativas viáveis para as expectativas de sua comunidade escolar.

Segundo STAINBACK (1999), as mudanças na educação ao longo dos anos assumiram muitas formas e progressos graduais foram feitos. Os desenvolvimentos têm sido cada vez mais progressistas rumo a critérios educacionais sociais mais inclusivos.

A partir de 1994, com a Declaração de Salamanca, resultado da "Conferência Mundial sobre necessidades de educação especiais: qualidade e acesso" solidificaram-se as metas do congresso mundial de educação para todos, realizado em 1990, na Tailândia, que previa a erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental, acrescentando-se na Espanha, os princípios norteadores da educação inclusiva.

Na educação, o movimento tem-se manifestado em mudanças como: da educação dos "privilegiados" para a educação da população geral; para o enfoque de todas as crianças de receber educação; para o reconhecimento da educabilidade e dos talentos que todos os alunos têm a oferecer às suas comunidades e aos seus pares; para o reconhecimento da necessidade de proximidade e interação entre alunos de diferentes características, sem discriminação, em ambientes escolares naturais.

Todos esses movimentos, de direito do cidadão, trouxeram para a escola um novo contingente de personagens que também não encontraram uma escola preparada para recebe-los.

Além das reformas das instituições sociais enquanto tarefa técnica, a Declaração de Salamanca afirma que "ela depende acima de tudo, de convicções, compromisso e disposição dos indivíduos que compõem a sociedade".

Não resta dúvida de que o século XXI será rico em debates sobre questões que possam assegurar a implantação e o desenvolvimento da educação inclusiva.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional já indica o compromisso brasileiro com a escola inclusiva, onde garante a matrícula de todos os alunos em escolas públicas ou é tarefa bastante complexa, onde se apresentam várias frentes de ação, tais como a qualidade da aprendizagem, o tempo mínimo de escolarização, a manutenção do aluno na escola, os cursos de formação e outros...

Os progressos nas áreas de diversidade e equidade entre os alunos continuam ocorrendo. Esses progressos envolveram a melhoria das oportunidades educacionais oferecidas aos alunos e a disponibilidade de



informações necessárias a educadores que ensinam grupos de estudantes diversos. Entretanto, a promoção de ambientes educacionais flexíveis e sensíveis às necessidades singulares de todo aluno, juntamente com a promoção de amizades e sistemas de apoio entre pares, não será uma tarefa fácil no âmbito da educação tradicional. "A segregação tem sido praticada há séculos e existem atitudes, leis, políticas e estruturas educacionais arraigadas que atuam contra a inclusão dos alunos de maneira generalizada". (STAINBACK, STAINBACK E AYRES, 1996, p. 434)

Desta forma, o desenvolvimento e manutenção de programas de preparação para professores e procedimentos de reforma escolar que ofereçam à equipe educacional informações e experiências para desenvolverem comunidades e escolas inclusivas exigirão muito apoio.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aponta para a universalização do ensino fundamental, mas apesar dos esforços governamentais em garantir o acesso à matrícula a todos que estiverem em condições de frequentá-la, isto não torna garantida a universalização do ensino fundamental, pois continuam as altas taxas de repetência e evasão escolar. Portanto, nem todos os alunos completam a educação básica, não adquirindo uma escolarização que lhes permita acesso ao mundo do trabalho.

Ainda segundo STAINBACK (1999), a inclusão, abrangendo conceitos como respeito mútuo, compreensão, apoio, equidade e autorização, não é uma tendência, um processo ou um conjunto de procedimentos educacionais passageiros a serem implementados; ao contrário, a inclusão é um valor social que torna-se um desafio no sentido de determinar modos de conduzir nosso processo educacional para promovê-la. Não haverá um conjunto de práticas estáticas, e sim uma interação dinâmica entre educadores, pais, membros da comunidade e alunos para desenvolver e manter ambientes e oportunidades educacionais que serão orientadas pelo tipo de sociedade na qual queremos viver.

A educação inclusiva é peça-chave para que o Brasil dê conta de sua responsabilidade junto aos organismos internacionais quanto às metas do congresso mundial da Tailândia, como para as contidas na Declaração de

Salamanca. Muito há que se fazer para que tenhamos êxito na concretização desse novo paradigma educacional. Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao desfrutamento e exercício dos direitos humanos.

Portanto, apostar na educação inclusiva é acreditar que seremos capazes de contribuir para uma transformação social, que trate a todos dentro dos princípios da igualdade, da solidariedade e da convivência respeitosa entre os indivíduos. Acreditar no processo de inclusão é buscar alternativas de permanência do aluno na escola, respeitando suas "diferenças" e seu ritmo de aprendizagem elevando sua auto-estima. É acabar definitivamente com o hábito de "excluir", que tanto tem marcado a sociedade brasileira.

## II.b - As pessoas com necessidades especiais e o mercado de trabalho

Infelizmente, o que se sabe sobre a profissionalização das pessoas com algum tipo de deficiência, é que o mercado de trabalho é muito restrito e envolto de muito preconceito.

O artigo 59, inciso IV, da Lei Federal nº 9.394/96 e o artigo 28, do Decreto nº 3.298/99, asseguram o seu acesso à educação especial para o trabalho, tanto em instituição pública quanto privada, que lhe proporcione efetiva integração na vida em sociedade. Nesse caso, as instituições são obrigadas a oferecer cursos de formação profissional de nível básico, condicionando a matrícula do portador de deficiência à sua capacidade de aproveitamento e não ao seu nível de escolaridade. Ainda deverão oferecer serviços de apoio especializados para atender às peculiaridades das pessoas portadoras, como adaptação de material pedagógico, equipamento e currículo; capacitação de professores, instrutores e profissionais especializados; adequação dos recursos físicos, como eliminação de barreiras ambientais.

Acontece que, mesmo com a preocupação de certas entidades educativas em proporcionar cursos profissionalizantes às pessoas com necessidades especiais, o mercado de trabalho não está preparado para receber essas pessoas. As exigências e competências para os cargos solicitados

aumentaram muito nos últimos anos. Por isso, é preciso preparar melhor e capacitar de forma segura as pessoas com NEE.

A boa notícia é que a Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, artigo 5º, reserva um percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e define os critérios para sua admissão.

Também a Lei Federal nº 8.213/91, artigo 93, prevê proibição de qualquer ato discriminatório no tocante a salário ou critério de admissão do emprego em virtude de portar deficiência.

A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas.

O percentual a ser aplicado é sempre de acordo com o número total de empregados das empresas, dessa forma:

- até 200 empregados – 2%
- de 201 a 500 empregados – 3%
- de 501 a 1.000 empregados – 4%
- de 1.001 em diante – 5%

Poucas pessoas têm conhecimento, mas desde 1978 existe no SINE (Sistema Nacional de Empregos), o Setor de Atendimento Especial (SAC) para atendimento aos portadores de deficiências.

Em relação ao Rio Grande do Sul, além do disposto na própria Constituição do Estado, de 1989, surgiram, nos anos 90, instrumentos legais importantes, os quais envolvem diversas questões e, indubitavelmente, reforçam o direito da PPD (Pessoas Portadoras de Deficiências) ao trabalho.

A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, em 1989, determinou no seu artigo 214, parágrafo 1º: "É assegurada a implementação de Programas governamentais para a formação, qualificação e ocupação dos deficientes e superdotados".

Com tudo isso, resta que a sociedade se conscientize da importância de integrar as pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho, para que, enfim, se realize de forma efetiva, uma sociedade inclusiva.

## 2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola enquanto espaço de ensino e aprendizagem formal e que trabalha com a função de educar no sentido da transformação da realidade precisa encontrar meios de incluir todos aqueles que de uma maneira ou de outra cuide se encontrar marginalizados dentro do seu interior.

Será necessário, portanto, além de rever suas velhas práticas montar um projeto consistente no que diz respeito à inclusão.

Já não é possível condicionar-se a questão do tipo, falta de recursos pedagógicos, espaços inadequados ou salários não condizentes com o trabalho que necessitam seus educadores realizarem no caminho de uma educação efetivamente inclusiva.

A sociedade toda é simpática em relação à idéia, tendo em vista avanços existentes neste sentido, formandos muros escolares.

Entretanto, o que se assiste hoje são os velhos ranços que sempre estiveram presentes no cotidiano escolar e que tornaram-se empecilhos da realização dos objetivos da inclusão especial, seja um empecilho à forma de incluir, quando ainda escuta-se clamores de rebeldia por terem de aceitar, no ensino regular, alunos com necessidades educacionais especiais.

A cidadania passa pela reforma que a escola deve realizar para que os direitos de seus alunos sejam usufruídos na prática, porém estes não deveriam por ineficiência, incapacidade ou insegurança da estrutura escolar que na grande maioria ainda configura-se como excludente.

Percebe-se que a comunidade escolar ainda não compreende os paradigmas da educação inclusiva, os próprios conceitos de ensino e aprendizagem estão hoje, submetidos a uma profunda revisão. Convém ressaltar que alguns fatores são obstáculos, que devem ser vencidos tais como a falta de competência em dirigir um ensino menos formatado na busca por forjar uma nova compreensão do que é a educação sistematizada e de como ela poderá viver, tornar-se uma educação inclusiva. Para tanto, todos devem se envolver na construção de um ensino que valorize o ser humano como um todo, descobrindo suas potencialidades.

A escola do futuro não pode deixar de pensar que sua única saída seja rever constantemente sua prática, sua filosofia e seus objetivos, sob pena de não se justificar sua presença no meio da sociedade.

A educação inclusiva compreende a educação como um direito humano fundamental e base para uma sociedade mais justa e solidária. Esse novo paradigma preocupa-se em atender todas as crianças, jovens e adultos, independente de suas características, desvantagens ou dificuldades e tira-los da situação de excluídos.

No decorrer da sua história, o Brasil tem gradativamente se movimentado na busca de se tornar uma sociedade que reconhece e respeita a diversidade que a constitui, e a ela responder, com qualidade.

Conclui-se que o estudo desse tema tem uma conotação especial em todos os sentidos humanos, cultural, social e outros.

Precisa-se enfrentá-lo com uma garra e determinação, demonstrando comprometimento pessoal e profissional no empenho de realizarmos um trabalho eficiente, enfrentando-se os desafios necessários para o sucesso destes alunos incluídos, na perspectiva de um direcionamento eficaz, significativo e inteligente na vida que enfrentarem.

Assim, é preciso reforçar que uma educação inclusiva auxilia na socialização de pessoas com necessidades educativas especiais, proporciona um melhor desenvolvimento físico e psíquico, contribui para a integração social, possibilita para que aprendam umas com as outras. Mas, para isso acontecer de forma efetiva é necessário que as escolas tenham programas adequados para atender essas crianças e jovens e que os professores se aliem na busca de alternativas possíveis para a realização de uma proposta inclusiva e mais humana.

Portanto, entre as alternativas possíveis e os níveis de integração desejados interpõe-se a necessidade de desenvolver um conjunto de métodos e estratégias educativas (em nível curricular) de importância fundamental para o sucesso da inclusão dos alunos com deficiências na escola.

Como todo processo social, este também é complexo e acontece de forma gradual. Afinal, para que a inclusão aconteça é preciso modificar séculos de preconceitos muito arraigados, de ambos os lados – e isso não acontece de um dia para o outro.

A escola, para que possa ser considerada um espaço inclusivo, precisa abandonar a condição de instituição burocrática, apenas cumpridora das normas estabelecidas pelos níveis centrais. Para tal, deve transformar-se num espaço de decisão, ajustando-se ao seu contexto real e respondendo aos desafios que se apresentam. O espaço escolar, hoje, tem de ser visto como espaço de todos e para todos.

Este novo desenho da escola implicará a busca de alternativas que garantam o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes no seu interior. Assim, o que se deseja na realidade é a construção de uma sociedade inclusiva, compromissada com todos.

Essa nova escola exige não só uma mudança de paradigmas educacionais, para que todos tenham acesso a uma educação de qualidade, mas também envolve mudanças na mentalidade e na cultura pedagógica, uma redefinição do papel social da escola através de novas concepções educacionais.

A educação inclusiva é peça-chave para que os sistemas de ensino dêem conta de sua responsabilidade junto à sociedade. Muito há que se fazer para que tenhamos êxito na concretização desse novo paradigma educacional. Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao desfrute e exercício dos direitos humanos.

Portanto, apostar na educação inclusiva é acreditar que seremos capazes de contribuir para uma transformação social, que trate a todos dentro dos princípios da igualdade, da solidariedade e da convivência respeitosa entre os indivíduos. Acreditar no processo de inclusão é buscar alternativas de permanência do aluno na escola, respeitando suas diferenças e seu ritmo de aprendizagem, elevando sua auto-estima.

### 3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ARROYO, Miguel G. **Fracasso/Sucesso: um pesadelo que perturba nossos sonhos**. In: Revista Em Aberto. Brasília: v.17, p.33 – 40, Jan. 2000.
- BARBOSA, L. M. S. – **A psicopedagogia no âmbito da instituição escolar**. Curitiba, Expoente, 2001.
- Brasil. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais. Brasília: Corde, 1994.
- Brasil. Presidência da República. Lei 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial, Brasília, N. 248, 1996.
- Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1998.
- EDLER, Carvalho Rosita – **Educação inclusiva com os pingos nos “is”**. Porto Alegre, Mediação, 2004.
- FREIRE, P. – **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. São Paulo, Paz e Terra, 1986.
- GADOTTI, M. – **História das idéias pedagógicas**. São Paulo, Ática, 1995.
- MITTLER, P. – **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre, Artmed, 2003.
- OLIVEIRA, D. A. – **Educação e Planejamento: a escola como núcleo de gestão**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1997.
- ROSA, Jorge de La. – **Psicologia e Educação: o significado de aprender**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2003.
- SEVERINO, J. – **Filosofia**. São Paulo, Cortez, 1992.
- SKLIAR, Carlos. - **A surdez, um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre, 2005.
- STAINBACK, Susan. – **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1999.
- UNESCO. Declaração de Salamanca. São Paulo: Biblioteca Virtual de Direitos Humanos / USP, 2003.



- VASCONCELLOS, Celso dos S. – **Superação da lógica classificatória e excludente da avaliação.** São Paulo, Libertad, 1998.
- VEIGA NETO, Alfredo. - **Crítica pré-estruturada e educação.** Porto Alegre, Suleria, 1995.
- VIDALES, A. F. – **El sujeto atrapalhado entre las redes de una dictadura.** México, Universidade Nacional Autônoma do México, 1999.